

Sumário

1. Introdução	1
2. Dogmática jurídica, método e indeterminação do Direito: O Mestre, o <i>Iceberg</i> e a Quimera.....	7
2.1. Dogmática jurídica como pano de fundo da aplicação normativa... 9	
2.1.1. A figura da dogmática como o Mestre e seus adeptos.....9	
2.1.2. O ceticismo interpretativo e a má compreensão dos métodos de aplicação.....24	
2.1.3. Mais um passo atrás: algumas heranças da tradição que parecem dificultar uma compreensão adequada da função do método na aplicação do Direito	26
2.2. O <i>Iceberg</i> dos métodos interpretativos e a Quimera dos conceitos indeterminados.....	31
2.3. Possíveis contribuições da virada linguístico-pragmática para uma compreensão dogmática dos conceitos indeterminados	38
2.3.1. O “giro” da hermenêutica ontológico-filosófica: por que falar de preconceitos e de efeitos históricos no contexto da aplicação normativa?	44
2.3.2. Contributos da hermenêutica ontológico-filosófica para o Direito: a ideia de “temporalidade hermenêutica” e a intensificação da função hermenêutica da dogmática jurídica	54
2.3.3. Jogos de linguagem, formas de vida e a contingência intercontextual ou pragmática	62

2.3.4. Hermenêutica filosófica e contextualismo pragmático: uma complementaridade recíproca	66
2.4. Algumas conclusões parciais sobre o <i>Iceberg</i> dos métodos	70
3. Entre conceitos indeterminados e discricionariiedade jurídica: por uma compreensão da Quimera	77
3.1. Considerações gerais: uma visão prévia do problema	77
3.2. Indeterminação, vinculação à lei e discricionariiedade na tradição brasileira	85
3.2.1. Origens da ideia de discricionariiedade jurídica (administrativa e judicial) enquanto “escolha entre duas ou mais possibilidades”	88
3.2.2. Conceitos indeterminados e discricionariiedade na dogmática brasileira tradicional	90
3.3. A discricionariiedade como espaço de liberdade decisória relativa.....	98
3.3.1 A ideia de “vinculação à lei”	105
3.4 Possíveis caminhos para uma compreensão estrutural da Quimera-dos-conceitos-indeterminados	118
4 A relação necessária entre o preenchimento discricionário de conceitos indeterminados e os métodos de interpretação do direito... 123	123
4.1. Considerações gerais.....	123
4.2 O discurso prático-argumentativo como contexto da aplicação do direito brasileiro.....	126
4.3. O papel da dogmática jurídica para a aplicação de conceitos indeterminados num contexto de racionalidade deficiente.....	135
4.4. Métodos de interpretação e a aplicação de conceitos indeterminados: uma relação “necessária”?	144

4.4.1. Princípios, regras e a discricionariedade decorrente de conceitos indeterminados	149
4.4.2. O método mais básico: como fica a dedução subsuntiva após a virada linguístico-pragmática?.....	154
4.4.3. O método da ponderação e a aplicação de conceitos indeterminados	161
4.4.4. Os quatro cânones da interpretação	170
5. Conclusão	179
6. Posfácio.....	183
7. Referências bibliográficas.....	187